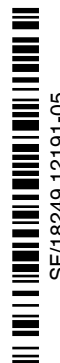


REQUERIMENTO Nº DE 2018 – CE

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater sobre a crise financeira das Universidades Federais, com os seguintes convidados:

- **Márcia Abrahão Moura** - Reitora da Universidade de Brasília – UnB;
- **Emmanuel Zagury Tourinho** – Presidente da ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior;
- **Virgílio Caixeta Arraes** – Presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília-UnB;
- Representante do Ministério da Educação – MEC;
- Representante do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- **Rogério Fagundes Marzola** - Coordenador Geral da FASUBRA - Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil.



JUSTIFICAÇÃO

A crise econômica pela qual o País passa impactou a capacidade do Governo Federal de realizar investimentos e, até mesmo, assegurar o pleno financiamento de atividades de manutenção da Administração. Essa situação atingiu também as universidades federais, que em sua grande maioria, estão tendo dificuldades para honrar os contratos relacionados ao seu funcionamento.

No caso da UnB, por exemplo, a Reitoria estima em R\$ 92 bilhões o déficit orçamentário para o funcionamento da universidade em 2018. Embora o orçamento global da UnB para 2018 seja de R\$ 1,7 bilhão, a maior parte desses recursos, cerca de 80%, são gastos com pessoal. O orçamento para despesas correntes da Universidade em 2018 é de R\$ 277 bilhões, cerca de R\$ 10 milhões a mais que 2017. Para a realização de investimentos, o orçamento da UnB prevê gastos de R\$ 42,8 bilhões, cerca de R\$ 11 bilhões a menos que em 2017. Ocorre que a execução para despesas correntes em 2015 foi de R\$ 320 bilhões e de R\$ 379 bilhões, em 2016.

A redução em despesas correntes ao longo dos últimos anos está obrigando a Universidade reduzir serviços terceirizados, como vigilância, e renegociar diversos outros contratos, que pode afetar o funcionamento a contento da UnB.

Considerando que a melhoria do cenário fiscal não ocorrerá no curto prazo, quais são as alternativas para enxugar despesas sem prejuízo do ensino ofertado? Em quais outras áreas a Administração Pública Federal é possível propor redução de gastos? O que pode ser feito para assegurar mais recursos para o funcionamento da universidade?

Debater prioridades é obrigação de toda a sociedade, inclusive das Universidades. É legítimo que as universidades pleiteiem mais recursos para



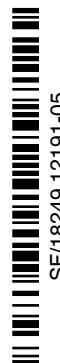
funcionar adequadamente, mas também devem participar do debate e dizer de onde sairão os recursos.

Mas é preciso também encontrar recursos novos para financiar os gastos. Eu mesmo tenho um projeto de lei nessa direção, o PLS 458/2017, que permita às universidades a execução integral, livre de contingenciamentos, dos recursos oriundos de arrecadação própria, com venda de produtos e serviços ou, ainda, provenientes de doações ou convênios. Mas esses recursos somente podem ser usados nas atividades fins das universidades. Não podem ser utilizados para pagamento de Pessoal. Para se ter uma ideia de como é possível obter recursos novos, apenas com a cobrança de estacionamento nas grandes universidades seria possível arrecadar anualmente mais de R\$10 milhões por universidade.

Diante do exposto e pela relevância do assunto, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, em

CRISTOVAM BUARQUE
Senador



SF/18249.12191-05